

COLETIVOS DE MULHERES EM TERRITÓRIOS RURAIS: DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES POR MEIO DA EXTENSÃO RURAL E UNIVERSITÁRIA¹

WOMEN'S COLLECTIVES IN RURAL TERRITORIES: CHALLENGES AND TRANSFORMATIONS THROUGH RURAL AND UNIVERSITY EXTENSION

Autor(es):

Sandra Mara de Alencar Schiavi¹

Caroline Becher²

Allana Facchini da Silva³

Filiação:

¹Universidade Estadual de Maringá (UEM)

² Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná)

³ Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

E-mail:

¹ sandraschiavi@gmail.com

² karolbecher@hotmail.com

³ allanafacchini@gmail.com

GT8.

Construção de conhecimentos e estratégias de intervenção planejada: da extensão rural aos diálogos interculturais

Resumo

A liderança feminina no campo tem desempenhado um papel essencial na construção de comunidades mais sustentáveis e na promoção da equidade de gênero. No entanto, o trabalho da extensão rural ainda enfrenta desafios significativos para incorporar uma abordagem que fortaleça a autonomia das mulheres e promova mudanças estruturais e emancipatórias. Diante desse panorama, este artigo apresenta e analisa uma análise da experiência de trabalho no âmbito de projeto de pesquisa e extensão em parceria entre universidade e órgão oficial de assistência técnica e extensão rural, realizado com grupos de mulheres agricultoras da região Norte do Paraná. O objetivo deste trabalho, portanto, foi discorrer sobre a atuação da extensão rural e universitária junto a coletivos de mulheres rurais na região norte do Paraná, elucidando desafios e transformações encontrados a partir da experiência com os coletivos e propondo uma reflexão sobre políticas públicas e adoção de metodologias participativas. Nesse processo que envolve desafios e transformações, alguns elementos merecem destaque, tais como a metodologia inovadora proposta pela extensão universitária, trabalhando em parceria com a extensão rural. Tal metodologia, proposta pela universidade e baseada em abordagem participativa, contribui significativamente na construção de novas tecnologias sociais junto ao trabalho dos extensionistas rurais, trazendo reflexões sobre aspectos como autonomia, agência, senso de coletivo, e efetividade no desenho, na construção e na implementação de políticas públicas para gênero.

Palavras-chave: Mulheres agricultoras; extensão rural; políticas públicas de gênero.

¹ Este artigo foi realizado a partir dos resultados do projeto de extensão intitulado "Liderança Feminina em Agrossistemas Sustentáveis: reconhecendo o papel das mulheres para a sustentabilidade em cadeias de valor no Paraná" (TC 598/2022) e contou com o financiamento da Fundação Araucária.

Abstract

Female leadership in rural areas has played an essential role in building more sustainable communities and promoting gender equity. However, rural extension work still faces significant challenges in adopting an approach that strengthens women's autonomy and promotes structural and emancipatory changes. In this context, this article presents and analyzes the experience of a research and extension project developed in partnership between a university and an official agency of technical assistance and rural extension, carried out with groups of women farmers in the northern region of Paraná, Brazil. The objective of this study is to discuss the role of both rural and university extension in working with rural women's collectives in northern Paraná, highlighting the challenges and transformations that emerged from this experience, and offering a reflection on public policies and the adoption of participatory methodologies. In this process—marked by challenges and transformations—some elements stand out, such as the innovative methodology proposed by the university extension, developed in partnership with rural extension agents. This methodology, based on a participatory approach, contributes significantly to the development of new social technologies in collaboration with rural extension workers, fostering reflections on autonomy, agency, collective organization, and the effectiveness of designing, building, and implementing gender-oriented public policies.

Keywords: *Women in agriculture; rural extension services; gender-sensitive public policies.*

1. INTRODUÇÃO

O debate em torno do papel da mulher e das condições nas quais as mulheres agricultoras estão inseridas é um tema que se faz presente na sociologia rural desde meados da década de 1970. Tendo se desenvolvido no Brasil com o trabalho de grandes precursoras, a exemplo de Maria Ignez Paulilo, este campo de estudos ganhou volume e densidade a partir da aproximação da temática com os estudos sobre relações de trabalho (divisão sexual do trabalho; trabalho produtivo e reprodutivo; trabalho familiar etc.), agricultura familiar e, mais recentemente, em temas relacionados à sustentabilidade e ecologia (SALVARO, 2018).

Nos últimos dez anos, esse campo tem dado indícios de mais expansão e capilarização com outras esferas sociais – o que se reflete no aumento do volume de publicações² dentro desse “guarda-chuva” temático, inclusive em discussões mais amplas sobre o meio rural e políticas públicas (FIUZA, 2021). Passando a adotar dimensões mais amplas da experiência de mulheres no campo, concomitantemente, a área tem incorporado debates mais contemporâneos, como a relação entre justiça social e a promoção da igualdade de gênero no âmbito da agricultura familiar. No caso das mulheres agricultoras, esse movimento envolve, entre outras pautas, (re)pensar políticas públicas voltadas à agricultura familiar considerando os recortes de gênero e levando em consideração tanto as desigualdades sociais às quais as mulheres de modo geral foram historicamente submetidas, quanto as particularidades que são próprias às mulheres no campo e que se diferem do contexto urbano (SCHILING; PAZOS, 2024; MONTEIRO ET AL., 2023; KANSANGA et al., 2024).

Ainda que se observem ao longo dos anos esforços em termos de políticas públicas voltadas para mulheres rurais (EMBRAPA, 2023), as desigualdades econômicas e sociais entre homens e mulheres persistem, tendo em vista que a mulher é recorrentemente fadada a ocupar esfera privada, enquanto o espaço público é associado ao homem (LANDAU; MANTRAGOLO, 2023). Paradoxalmente, em que pese as transformações sociais e tecnológicas no mundo contemporâneo, persiste o padrão cultural tradicional que rege as relações de gênero no meio rural (FIUZA, 2021).

Especificamente ao se considerar políticas de assistência técnica e extensão rural, constata-se, a partir de esforços de análise mais recentes, que a visão tradicional do trabalho

² Volume de publicações sobre a temática no Web Of Science entre os anos 2001 e 2025:

<<https://www.webofscience.com/wos/woscc/analyze-results/62795590-f79d-43ef-957a-a3071f86b6d5-010c8ad896>> Data de acesso: 02/04/2025

da extensão rural com grupos de mulheres agricultoras precisa ser atualizada. O modelo clássico, voltado para difusão de tecnologia e conhecimento no modelo produtivista, e que focava apenas na organização produtiva e capacitação técnica, vem sendo criticado por não considerar totalmente as demandas das mulheres em termos de autonomia, reconhecimento do trabalho e direitos sociais (GUZZATTI, 2017). Diante disso, alguns enfoques contemporâneos têm ganhado destaque no cenário rural brasileiro, como o feminismo e a agroecologia; Políticas Públicas com recorte de gênero; Tecnologias sociais e protagonismo feminino; Fortalecimento dos processos participativos e de autonomia feminina (BRASIL, 2006).

Frente a esse panorama, a proposta deste trabalho tem como pano de fundo um projeto de pesquisa e extensão universitária voltado para mulheres agricultoras no Paraná – projeto este que, além da atuação da Universidade, contou com a parceria e participação de extensionistas do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná). Seu objetivo principal foi o de desenvolver, de forma conjunta com agricultoras, competências em termos de planejamento, estratégia, liderança e gestão, visando sua inserção em cadeias agroalimentares no estado, especialmente considerando os coletivos de produtoras rurais. A partir desse projeto, que também conta com um componente de pesquisa bibliográfica e empírica, foram realizadas uma série de atividades de campo, na forma de oficinas participativas, com quatro coletivos de produtoras rurais. Considerando essas experiências, neste artigo, o objetivo é discorrer sobre a atuação da extensão rural e universitária junto a coletivos de mulheres rurais na região norte do Paraná, elucidando desafios e transformações encontrados a partir da experiência com os coletivos e propondo uma reflexão sobre políticas públicas e adoção de metodologias participativas.

Para isso, contando com essa introdução, este artigo se organiza da seguinte forma: 2) O papel da mulher na agricultura familiar e as condições das mulheres no campo: refletindo sobre o público alvo da política pública – tópico no qual realiza-se uma breve discussão sobre a relevância da agricultura familiar na compreensão da experiência das mulheres no campo e as condições nas quais elas estão inseridas; 3) Do papel à prática: os desafios na efetivação das políticas de gênero na PNATER – no qual discorre-se sobre as particularidades que permeiam a construção de políticas públicas no contexto rural, os desafios na implementação destas políticas para o público feminino; 4) A experiência do projeto: percurso metodológico e resultados – no qual apresentamos em detalhes os procedimentos metodológicos adotados e analisamos os principais resultados encontrados e, por fim, o tópico 5) de conclusão, no qual i) tratamos da inovação metodológica adotada e os resultados advindos a partir dela; ii) discorremos sobre as limitações encontradas pelo projeto e iii) refletimos sobre dificuldade das políticas públicas em desenvolver ações na perspectiva de gênero e reforçamos a importância de construir políticas públicas voltadas às mulheres respeitando uma reflexão aprofundada das desigualdades enfrentadas pelas mulheres no meio rural.

2. O PAPEL DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR E AS CONDIÇÕES DAS MULHERES NO CAMPO: REFLETINDO SOBRE O PÚBLICO ALVO DA POLÍTICA PÚBLICA

O governo brasileiro entende a Agricultura Familiar a partir de uma série de critérios objetivos estabelecidos com a Lei nº. 11.326/2006. Entre eles, destacam-se i) não ter área maior que quatro módulos fiscais; ii) utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento e iii) ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividade econômica do seu estabelecimento ou empreendimento (BRASIL, 2006). Não obstante, partindo do entendimento de que a agricultura familiar é um elemento basilar para a compreensão da

mulher no ambiente rural, consideramos que essa definição possui limitações para compreendê-la como um elemento social que, por sua vez, atua como um aspecto organizador da dinâmica familiar e determinante na vida da mulher no campo.

Por isso, neste trabalho, nos aproximamos de uma definição conceitual de agricultura familiar que a entende dentro de uma relação indissociável entre trabalho, família e terra (GOMES et al., 2022). Tomando a família como elemento central dessa unidade de produção agrícola, as atividades desempenhadas neste espaço refletem tanto as complexas relações familiares, quanto relações de trabalho e, portanto, são atravessadas por elementos como: divisão sexual do trabalho, trabalho produtivo e reprodutivo, cuidados com a casa e com a família; gestão da propriedade e do empreendimento familiar etc.

Se tratando do tipo de agricultura mais predominante no mundo, com a ocupação de cerca de 70% à 80% das terras agrícolas (FAO, 2019), a produção resultante da agricultura familiar corresponde a aproximadamente 80% dos alimentos do mundo em termos de valor. Nesse universo, as mulheres equivalem a quase metade da força produtiva, sendo responsáveis por desempenhar funções centrais devido ao “seu conhecimento ancestral, gestão sustentável dos recursos naturais, produção e conservação de produtos agrícolas, além de serem cuidadoras de crianças e/ou idosos (FAO, IFAD, 2019 apud GOMES et al., 2022, p. 02, tradução nossa).

A despeito da importância da mulher nessa esfera da produção agrícola, as mulheres no campo ainda vivem um cenário de desigualdade de gênero que perpassa, diretamente, as relações de trabalho na propriedade rural e no ambiente familiar. Dessa maneira, embora a atuação de mulheres seja central na produção rural – representando cerca de 45,2% da força de trabalho nas atividades produtivas nas Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs) (EMBRAPA, 2023) – elas ocupam grande espaço “invisibilidade” diretamente associada à dificuldade de construção de uma identidade enquanto produtoras rurais (WHATMORE, 1991; TRAUGER, 2007; ANNES & WRIGHT, 2015; CONTZEN & FORNEY, 2016).

Arelada à “invisibilidade” do trabalho feminino, outros elementos compõem essa condição das mulheres no campo, como: a falta de reconhecimento; a vivência em um trabalho não remunerado (trabalho doméstico); o acesso desigual – em relação aos seus parceiros – à condição profissional e à propriedade de terra e renda individual, uma situação de desigualdade nas tomadas de decisão etc. (SCHILING, PAZOS, 2024; MONTEIRO ET AL., 2023; GOMES ET AL., 2022; AZIMA, MUNDLER, 2022; BHAWANA; RACE, 2020; SACHS ET AL., 2016; MARTER-KENYON et al., 2023). Diante desse contexto, para autoras como Ferreira e Matos (2017), na aproximação com a condição vivenciada pelos seus parceiros as mulheres agricultoras estariam diante de uma situação vulnerabilidade mais complexa, caracterizada como “dupla dependência”:

A primeira dependência está relacionada ao fato de serem camponesas e, historicamente, o campesinato é um grupo cuja inserção social se dá em condições subordinadas em relação ao conjunto da sociedade. Ser camponês em uma sociedade industrializada e urbanizada está associado ao atraso, à ignorância, ao apego à tradição, ao conservadorismo. Significa, nesse contexto, não ser moderno e, portanto, ser inferior. E a segunda dependência está relacionada ao fato de serem mulheres imersas em relações familiares desiguais e hierárquicas, onde a opressão feminina é naturalizada (FERREIRA; MATOS, 2017, p. 39).

Ademais, imersas em uma jornada dupla de trabalho que envolve o cuidado da casa e dos filhos/pessoas idosas com o trabalho na produção, essas mulheres também estariam sujeitas à chamada “pobreza de tempo”. Essa condição corresponde a um estado no qual as pessoas “carecem de tempo para descanso e lazer devido à longa jornada de trabalho

(Blackden e Wodon, 2006), e não têm como reduzir suas horas de trabalho sem cair (ainda mais) na pobreza econômica” (MARTER-KENYON et al., 2023, p. 2, tradução nossa). No caso das mulheres rurais, essa categorização se especifica. Chamada de “pobreza de tempo de gênero”, essa economia do tempo assume novos contornos na vivência de mulheres que, cotidianamente, realizam tarefas simultaneamente (como preparar uma refeição e cuidar de crianças/idosos ao mesmo tempo), – tarefas estas que possuem uma tendência a serem subestimadas e relativizadas em termos de intensidade – ao contrário de homens que tendem a realizá-las de forma sequencial. Assim como descrito por Marter-Kenyon et al.(2023), embora homens e mulheres estejam sujeitos a escassez de tempo devido às elevadas jornadas de trabalho no campo, as mulheres acabam sofrendo maiores desvantagens, visto que “muitas inovações que economizam trabalho em contextos agrícolas se concentram em atividades produtivas dominadas pelo controle masculino” (MARTER-KENYON et al., 2023, p. 2, tradução nossa). Ou seja, em contextos de rigidez de divisão sexual e social do trabalho, as inovações voltadas à facilitação da produção agrícola tendem a beneficiar mais diretamente o público masculino do que o feminino e, conseqüentemente, aprofundar as assimetrias entre homens e mulheres.

Não obstante, embora ainda existam relatos dessa estrutura mais rígida da divisão sexual do trabalho, nas últimas décadas, os papéis dessas mulheres, bem como a sua relevância na atividade de produção agrícola, tem indicado sinais de crescimento e diversificação – o que a literatura especializada tem relacionado com a chamada “feminização da agricultura” (AZIMA; MUNDLER, 2022). Inicialmente retratado como o aumento da participação das mulheres na produção rural, de imediato, este fenômeno aparece vinculado a processos de migração dos homens do meio rural para o urbano (BHAWANA; RACE, 2020). Aprofundando essa visão, entende-se que:

A feminização e a igualdade de gênero na agricultura estão associadas ao trabalho e à gestão de fazendas; mais especificamente, são refletidas no aumento do número de atividades agrícolas nas quais as mulheres estão envolvidas, no número de horas de trabalho nas fazendas, no maior acesso à renda agrícola e, mais importante, em sua maior participação na tomada de decisões (De Brauw et al., 2008; Deere, 2005; Sachs et al., 2016) (TSIAOUI; PARTALIDOU, 2023, p. 251, tradução nossa).

Ainda se voltando a definição do fenômeno, Tsiaosi e Partalidou (2023) argumentam a partir de casos empíricos descritos na literatura, como ele está inserido dentro de uma teia de causalidades maior, a exemplo da “a migração masculina, a transição do autoconsumo para a venda de produtos no mercado local e, finalmente, o emprego de mulheres em grandes fazendas” (TSIAOUI; PARTALIDOU, 2023, p. 251, tradução nossa). É interessante notar que, por um lado, a “feminização da agricultura” é assimilada a aspectos positivos, como o aumento da autonomia e do empoderamento feminino, à maior participação na gestão da propriedade, maior liberdade na tomada de decisões etc. Mas, por outro lado, se aproxima de dimensões negativas e de aprofundamento da condição de vulnerabilidade, como o aumento da carga e da jornada de trabalho das agricultoras devido a ausência dos homens e o acúmulo de funções (produtivas, reprodutivas e de gestão) – levando alguns autores a retratar esse fenômeno como a “feminização do sofrimento agrário” (Bhawana; Race, 2020). Ou seja, trata-se de um fenômeno ambíguo que, embora tenha possibilitado com que as mulheres desafiem a estrutura patriarcal vigente e ocupem posições de liderança e de maior autonomia, na prática, essas modificações não parecem ter afetado os homens suficientemente a ponto de equilibrar a divisão de funções e tarefas tanto na produção agrícola quanto no interior das casas, no trabalho doméstico. As razões que justifiquem apropriadamente a manutenção – ou mesmo a intensificação, em alguns casos – dessa disparidade de gênero ainda carecem de

mais estudos, fato é que, a “feminização da agricultura” trata-se de um fenômeno que embora traga avanços, também precisa lidar com uma série de retrocessos e novos desafios impostos às mulheres nesse contexto – a começar pelo recrudescimento da “pobreza de tempo” e pela gestão de uma propriedade agrícola que a cada dia enfrenta baixas na mão-de-obra disponível e altas na migração masculina para territórios urbanos.

Diante do exposto, evidencia-se que as mulheres possuem um papel central na produção agrícola. A despeito disso, elas ainda enfrentam condições adversas de desigualdade de gênero, mantidas por uma estrutura patriarcal muito presente no ambiente rural e na sociedade de modo geral. Perante tais assimetrias sociais, o poder público precisou lidar com a demanda de oferecer alguns caminhos possíveis para intervenções capazes de melhorar essa realidade. Tais propostas de intervenção, via de regra, ocorrem por meio da formulação e aplicação de políticas públicas e programas de incentivo – iniciativas estas que, por sua vez, enfrentam desafios nos processos internos e externos de implementação e efetivação. Por isso, no tópico a seguir, nos debruçamos sobre a experiência das políticas de gênero na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 e discorreremos sobre alguns dos desafios observados na bibliografia e na prática.

3.1 DO PAPEL À PRÁTICA: OS DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS DE GÊNERO NA PNATER

Ao discorrer sobre políticas públicas de gênero, estudos indicam fragilidades acentuadas quando se trata do meio rural. Aspectos como os sistemas contemporâneos de produção e consumo, a intensificação de modelos hegemônicos de produção de commodities em larga escala com pacotes tecnológicos produtivistas, e a degradação ambiental agravam as condições sociais, econômicas e de condições de vida - de mulheres rurais (SOUSA; CUNHA, 2021).

Para estas mulheres o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) possui, além do eixo estratégico de desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social, também o eixo de direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta (BRASIL/PNPM, 2013).

Deste modo, essas ações criam espaços de reflexão e confiança entre as mulheres e, por isso, é um instrumento fundamental para fortalecê-las, ampliando sua consciência crítica e sua compreensão do contexto em que estão inseridas, e permitindo que elas possam expressar livremente suas necessidades. É importante também para que organizações mistas se desafiem a perceber como a desigualdade de gênero se manifesta em sua atuação e dinâmica interna (FARIA, 2013).

A extensão rural constitui-se enquanto política pública implementada no Brasil a partir de 1948, no estado de Minas Gerais e, se difundiu rapidamente para os demais estados brasileiros, sob a lógica estadunidense, “aqui fazendo algumas adaptações grosseiras e simplista, como a estreita vinculação com o crédito supervisionado e a distância das instituições de ensino e pesquisa” (AMARAL JUNIOR, 2024,p.2). A título de conhecimento, no cenário brasileiro, destacam-se algumas iniciativas, como: i) Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, criado em 2001 com o objetivo garantir a emissão gratuita de documentos civis e trabalhistas, possibilitando com que as mulheres atendidas pudessem exercer seus direitos básicos (BRASIL, 2019); ii) O Pronaf Mulher, vigente desde 2003, que criou uma linha específica do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), visando oferecer crédito exclusivo para mulheres agricultoras familiares iii) O Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais de 2003, que tem o

intuito de promover a autonomia dessas mulheres no âmbito rural (campo, florestas e águas) na dimensão econômica (BRASIL, 2023); iv) Programa Quintais Produtivos das Mulheres Rurais de 2023, que, estando inserido no Plano Emergencial de Reforma Agrária, se volta para fomentar a ação de associar quintais com fomento, assistência técnica, cisternas e comercialização, com prioridades destinadas às inscrições de mulheres (BRASIL, 2023).

Além disso, programas como o de Aquisição de Alimentos (PAA), foi revisto em 2023, pela Lei nº 14.628, com o objetivo de garantir a participação feminina na execução do PAA e estipulando uma participação mínima de 50% de mulheres – um passo relevante na direção de reconhecer a importância das agricultoras e promover um cenário mais equânime no acesso a editais públicos (BRASIL, 2023). No estado do Paraná, onde desenvolvemos o projeto de extensão mencionado na introdução, também foram tomadas algumas iniciativas nesse sentido. Alguns exemplos são: i) Projeto Sementes do Bem Viver, lançado em 2024 e com execução do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR), que tem como objetivo tornar possível o acesso a “conhecimentos e formação pessoal, visando o bem-estar, fortalecimento e maior participação econômica e social” (PARANÁ, 2024) e a ii) a criação de uma linha de crédito específica para mulheres rurais no Banco do Agricultor Paranaense, com a intenção de facilitar o acesso a recursos e incentivar o público feminino em empreendimentos próprios – iniciativa esta que também se aproxima dos benefícios voltados às mulheres do Programa Coopera Paraná.

Embora neste artigo não se tenha o objetivo de analisar e avaliar a eficácia dos programas e políticas públicas mencionadas acima, com a menção a algumas dessas iniciativas buscamos expor que a discussão da temática se faz presente, mesmo com uma série de ressalvas, dentro da administração pública e das políticas voltadas às mulheres. Apesar dessas movimentações, todavia, quando observamos a trajetória da extensão rural no Brasil, como política pública, nota-se que ela está diretamente ligada ao desenvolvimento agrícola, à modernização do campo e ao fortalecimento da agricultura familiar. Esse processo passou por diversas fases, marcadas por diferentes concepções e modelos de assistência técnica e extensão rural. Entretanto, sua eficácia depende de vários fatores, como financiamento, metodologia e alinhamento com as necessidades dos agricultores. Deste modo, o desenvolvimento rural não se resume apenas ao aumento da produtividade agrícola, mas, atualmente perpassa por temas mais amplos como, melhorias sociais, ambientais e econômicas no campo. Algumas iniciativas da extensão rural contribuem para isso, mas há desafios que limitam seu impacto.

Fazendo uma digressão histórica recente, em 2010 foi sancionada a Lei 12.188, chamada Lei de Ater, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), promovendo o tema como política pública de Estado. A lei procura garantir a prestação de serviços qualificados para o público da agricultura familiar e da reforma agrária com o objetivo principal de universalizar o atendimento à população do campo. Destaca-se como princípios a “equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia”, reconhecendo, portanto, as desigualdades de gênero que permeiam o universo do campo como locus de intervenção. Este novo ordenamento da PNATER nos anos 2000, considera a diversificação dos públicos, incluindo as mulheres, que passaram a ser novamente abordadas enquanto público da extensão rural, nesse contexto de reordenamento teórico-metodológico das práticas extensionistas, corroborando com a diversificação de público prevista na PNATER (BRASIL, 2010), e em sintonia com uma nova agenda em torno das questões de gênero.

Isso implica em mudanças estratégicas e nas ações que contemplem determinados públicos que, até então, estavam excluídos da perspectiva de ATER praticada, ou não oficialmente englobados. As mulheres, embora presentes desde as primeiras ações extensionistas no país, foram oficialmente caracterizadas como um de seus públicos com a

promulgação da PNATER, o que coloca a necessidade de reflexão sobre o porquê e como envolvê-las nas ações de extensão rural guiadas a partir dessa política. Ou seja, a extensão rural que antes via grupos de mulheres apenas como produtores informais e artesanais hoje tem o desafio de se reinventar para atuar de forma mais política, feminista e inclusiva.

No entanto, o trabalho da extensão rural ainda enfrenta desafios significativos para incorporar uma abordagem que fortaleça a autonomia das mulheres e promova mudanças estruturais e emancipatórias. Em que pese os avanços em termos de políticas voltadas para mulheres rurais (Embrapa, 2023), ainda se observam lacunas como: menor participação de mulheres em atividades de ATER, comparativamente a de homens; acesso menos favorecido a crédito para custeio ou investimento por mulheres; o predomínio, nas atividades de ATER para mulheres, de temáticas voltadas para a área doméstica e o trabalho reprodutivo, cristalizando o papel da mulher na esfera privada, dentre outros fatores (GUZZATTI, 2017).

Há, em curso, um conservadorismo silencioso³ em muitos trabalhos de extensão rural, especialmente quando se trata da atuação com mulheres agricultoras. Apesar dos avanços em políticas públicas e da influência de movimentos feministas do campo, ainda há barreiras estruturais e culturais que limitam a real transformação das relações de gênero em território rural (Amaral Júnior, 2024). Nesse âmbito, destacam-se não somente aspectos relativos a temáticas e atividades da extensão rural, muito direcionado a elementos técnicos, com também aspectos estruturais, como a desigualdade na formação de equipes técnicas, predominantemente masculinas, a divisão de tarefas entre extensionistas mulheres – em geral, responsáveis por temas sociais (saúde, economia doméstica, nutrição), e aqueles do sexo masculino – mais engajados em temas técnicos, como produção agrícola e pecuária e crédito. Por fim, destacam-se ainda elementos metodológicos, em que se priorizam atendimentos individualizados em detrimento de atividades coletivas, e abordagens hierárquicas e verticalizadas, em que o extensionista se coloca como o detentor do conhecimento a ser difundido para os assistidos, em detrimento de formas mais dialógicas, interativas e participativas de abordagens, que valorizam os saberes locais e a troca de experiências (GUZZATTI, 2017).

3.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Afinal o que é uma política pública? Política pública é uma expressão que visa definir uma situação específica da política. A melhor forma de compreendermos essa definição é partirmos do que cada palavra, separadamente, significa. Política é uma palavra de origem grega, *politikó*, que exprime a condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, a pólis. Já a palavra pública é de origem latina, pública, e significa povo, do povo (OLIVEIRA, 2010).

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais (BRASIL, 2006).

³ Sobre essa terminologia, ver Amaral Júnior (2024), em seu texto “Mulheres e Extensão Rural: Um conservadorismo Silencioso”.

Para Grisa (2012) as definições são genéricas e de difícil apreensão como, por exemplo, “política pública é tudo o que o governo decide fazer ou não fazer”, ou ainda, “uma política pública se apresenta como um programa de ação governamental num setor da sociedade ou num espaço geográfico”. Seguindo estas definições, “toda ação pública, em qualquer nível ou em qualquer domínio que se refere, é objeto da análise de políticas públicas” (GRISA, 2012,p.30).

Ao voltar os olhares para as políticas públicas para o campo, torna-se importante discutir que historicamente, a agricultura familiar ou “os pequenos agricultores” – como eram denominados até cerca de duas décadas atrás – e atualmente agricultores familiares, sempre estiveram às margens das ações do Estado brasileiro e, sobretudo, de ações específicas das políticas públicas para este segmento. A partir do processo de democratização do Brasil, que iniciou na década de 1980 e teve seu auge com a promulgação da Constituição Federal em 1988, tornou-se evidente uma mudança na agenda das políticas públicas (sociais) direcionadas ao campo.

A segmentação das políticas sociais, advindas da engenharia da própria Constituição Federal de 1988, coloca as políticas sociais em situação complicada, os diversos segmentos como camponeses, movimento sem terra, movimento sem teto, a luta da juventude estudantil, acabam sendo dissolvidos em causas particulares e tornam a política fragmentada, tal como ela foi arquitetada pelo pensamento liberal conservador pois, no século XIX a política social torna-se disciplinada, se dividindo em diferentes áreas, tornando-se especializada, sendo que uma parte entende da saúde, outra parte entende da previdência, educação, habitação, assistência social, agricultura, do ponto de vista dos próprios trabalhadores, dos seus saberes e das lutas específicas de cada segmento, que dialogam muito pouco, gerando uma consequentemente e intencional falta de relação entre as políticas.

Os novos arranjos ao desenvolvimento da agricultura no Brasil, em particular para a agricultura familiar, derivam de ajustes neoliberais, efetivados por um conjunto de políticas emergenciais compensatórias. O conjunto das contrarreformas⁴, não somente no Brasil, mas na maioria das sociedades capitalistas centrais e em economias em desenvolvimento a partir dos anos de 1990, decorre de um “novo padrão de políticas calcado na ideia de “segurança e distributivismo social” (LUSTOSA, 2012, p. 221). Os anos 90 trouxeram a emergência de uma agenda mundial do combate à fome, fomentando discussões na América do Norte, Europa Ocidental e também América Latina, situação que traz a discussão sobre as redefinições na função da agricultura, produção agrícola e sobretudo, da função social da pequena agricultura familiar (BECHER, 2021).

Os impactos destas contrarreformas culminam em uma transformação da política agrária em política social, e suas expressões no campo da produção e da reprodução social dos segmentos envolvidos. Graziano da Silva (1999, p.129) destaca um novo padrão de reforma agrária e considera que existem contradições no tocante a políticas públicas para a agricultura familiar e patronal “para o setor capitalista destinam-se às políticas agrícolas e para a pequena produção a reforma agrária deve ter um cunho social”.

Desse modo, as políticas agrárias se aproximaram cada vez mais das políticas sociais, a partir da criação de diversos programas específicos para um perfil social de agricultor específico que não o patronal, como é o caso de dois programas que merecem destaque no

⁴ É mais comum a utilização do termo “reforma do Estado”, que deve ser analisada como parte de um processo histórico e conjuntural de crise do capital nos anos 1970, reestruturação produtiva, mundialização do capital e redução do papel do Estado. Nesse sentido, não se trata de uma reforma, mas de uma contrarreforma conforme explicam Behring e Boschetti (2011) indicando uma apropriação indébita e fortemente ideológica da ideia reformista, a qual é destituída de seu conteúdo redistributivo de viés social democrata, sendo submetida ao uso pragmático, como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando seu sentido, suas consequências sociais e sua direção sócio-histórica.

Brasil, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), ligados diretamente à Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Constituiu-se, assim, um núcleo central do que ousamos dizer ter sido um “movimento de reconceitualização da questão agrária”, o qual coloca na berlinda a reprodução da força do trabalho excedente e os fenômenos sociais que emergiram no campo (BECHER, 2021).

Diante deste cenário e, face a este reordenamento das políticas públicas, ganha espaço nas agendas de governo, o debate sobre políticas públicas para mulheres do campo. A incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas é, ainda, um tema pouco explorado. Entretanto, sinalizar para alguns avanços é de primordial importância para este trabalho. O primeiro passo, do reconhecimento de inserir na agenda de políticas públicas as discussões de gênero, é um avanço significativo nos últimos anos. Entretanto, segundo os apontamentos de Lourdes Bandeira (2005), as políticas públicas, no Brasil, no geral, quando são feitas e dirigidas às mulheres não contemplam necessariamente a perspectiva de gênero. Políticas públicas de gênero são diferentes de políticas públicas para as mulheres. Estas consideram, inegavelmente, a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, cujas consequências se fazem presentes, ao longo da vida, nas relações individuais e coletivas. Já as políticas públicas para as mulheres têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. Isso implica que não priorizam a importância e o significado que se estabelece no relacionamento entre os sexos.

Assim, as políticas para as mulheres, apesar de direcionarem-se especialmente para elas, permanecem a reproduzir o papel da mulher na reprodução social, pois enfatizam o papel da mulher na educação dos filhos, nos cuidados domésticos, com a alimentação, enfim com a convivência familiar e a reprodução social para manutenção do sistema capitalista vigente. O enfoque dessas políticas, apesar de contemplar a discussão sobre as desigualdades entre homens e mulheres, acaba colaborando para a segmentação entre mulheres e homens e, inclusive, para perpetuar a cultura patriarcal de fragilidade e subalternidade da mulher (LUSA, 2012).

De forma oposta, as políticas públicas de gênero, ao acionarem o conceito de gênero e discutirem suas implicações na ascensão de políticas públicas, trazem para o campo de debate tanto os conflitos que perpassam as relações sociais entre homens e mulheres na sociedade capitalista, como também as desigualdades produzidas e reproduzidas pela cultura patriarcal, com base no discurso das diferenças biológicas (BECHER, 2016).

4.1 A EXPERIÊNCIA DO PROJETO: PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho é composto por duas dimensões metodológicas que toma como base a metodologia adotada na construção e aplicação do projeto de extensão mencionado na introdução deste artigo. A primeira dimensão envolveu uma revisão bibliográfica aprofundada a respeito de gênero e produção rural. Consistindo na revisão bibliográfica da literatura nacional e internacional especializada sobre gênero e produção rural, seguindo o método proposto em Malanski et al. (2021), a busca na base Web Of Science foi feita por meio da combinação de palavras-chave como: *agriculture, gender, women in agriculture, labor, work e family farming*. A partir da busca, foram identificados 286 trabalhos. Desse total, após a filtragem dos trabalhos publicados nos últimos cinco anos, chegamos a 132 resultados. Passando pela leitura de título, resumo e palavras-chave, foram selecionados aqueles mais relevantes para análise aprofundada, resultando no número de 22 trabalhos a serem analisados em profundidade. Tais leituras foram complementados, ainda, por outros trabalhos que

surgiram ao longo do tempo de pesquisa do projeto pela técnica “bola de neve”⁵ – que, para os fins deste artigo, corresponde a uma revisão de literatura mais pontual sobre políticas públicas voltadas ao público feminino.

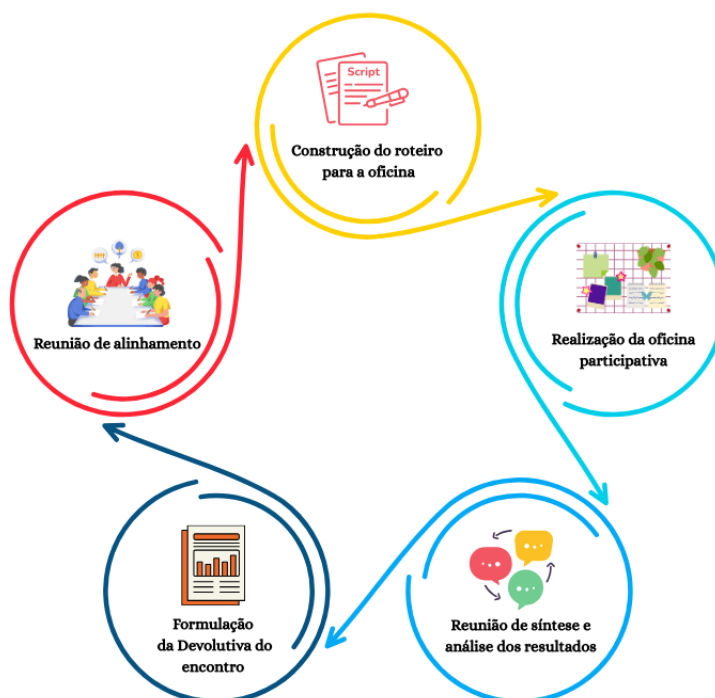
A segunda dimensão diz respeito ao trabalho prático, isto é, a realização de oficinas participativas com quatro grupos de produtoras rurais e todos os procedimentos pré e pós oficina que envolvem esta dimensão. A metodologia dessas oficinas participativas, cabe ressaltar, consiste em tornar as participantes da atividade as principais expositoras e condutoras da discussão. Isto é, tem como objetivo, ao contrário de palestras expositivas, compreender a visão dos/as participantes sobre determinado assunto e sistematizar essas falas em painéis que expressem como aquele coletivo reflete a temática em tela, seguindo, por isso, uma abordagem participativa (SLOCUM, 2003; SILVEIRA, 2009). Assim como descrito por Chaves et al. (2022), abordagens como essa possuem a intenção de favorecer um ambiente no qual as ideias mais diversas possam emergir e ser debatidas de modo a, por fim, gerar uma ação coletiva. Objetiva-se, com isso, “que os atores se tornem parte do processo, que acompanhem de forma qualificada o projeto e as atividades que foram geradas por meio das decisões coletivas, além de compartilhar os resultados obtidos” (CHAVES et al., 2022, p. 2). Tal participação ativa, envolve, ainda, alguns pressupostos basilares, como:

melhorar as condições para tomada de decisão e ações coletivas, facilitando a integração e incorporação dos saberes, das experiências e necessidades dos participantes; elevar a corresponsabilidade dos atores com relação às atividades de projetos; e, aperfeiçoar as formas de articulação (CHAVES et al., 2022, p. 2).

Sendo assim, o percurso metodológico (Figura 1) dessas atividades se organiza da seguinte forma: 1) Reunião de alinhamento com o/a extensionista rural que atua junto ao grupo de mulheres, com a finalidade de apreender uma visão geral da conjuntura do grupo; 2) formulação do roteiro da oficina, com atividades levando em consideração os aspectos trazidos na reunião de alinhamento; 3) realização da atividade em si, que se caracteriza por uma dinâmica de perguntas, respostas e reflexões coletivas. Essas perguntas contidas no roteiro possuem um caráter exploratório e direciona indagações as agricultoras sobre temas relevantes para aquele coletivo. Por isso, a depender da organização e dos interesses desses coletivos, o roteiro foi modificado, buscando estar alinhado às discussões mais relevantes ao contexto de cada grupo.

Figura 1. Percurso metodológico

⁵ A título de esclarecimento, a técnica de “bola de neve” pode ser descrita como uma forma de buscar artigos científicos em que, a partir de artigos iniciais relevantes, o pesquisador possa utilizar as referências citadas nesse artigo para encontrar novas fontes relacionadas ao tema. O processo continua com a exploração das referências dos artigos subsequentes, formando uma “bola de neve” de novas fontes de pesquisa.



Fonte: formulação própria

Após as atividades, realizamos a 4) análise dos resultados obtidos, o que passa tanto por uma análise mais objetiva do que foi verbalizado, mas também leva em consideração aspectos mais subjetivos, como impressões, olhares de desconfiança, desconforto sobre temas específicos etc. Por último, com essa análise realizada, organizamos um material de 5) sínteses e devolutivas, que consistem em documentos similares a relatórios que pretendem oferecer tanto registros da atividade realizada, quanto uma análise crítica do evento em questão. Elas servem, também, para prover retorno às participantes, além de dar os direcionamentos e trazer elementos de reflexão e subsídio para diálogos na oficina seguinte.

Esse mesmo ciclo se repete a cada oficina e os aspectos principais levantados pelas produtoras na oficina anterior funcionam como o fio condutor da atividade seguinte. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que aprofundamos a leitura acerca dos elementos relevantes para compreensão da inserção de mulheres em sistemas agroalimentares sustentáveis, buscamos informações de campo para complementar, ratificar e/ou dar os contornos desse quadro de análise. Isto posto, na sequência apresentamos os resultados obtidos.

4.2 - RESULTADOS

A partir dos achados na revisão de literatura empreendida por este trabalho e, especialmente, diante do que foi vivenciado nas oficinas participativas com os quatro grupos de agricultoras, foi possível observar que embora as políticas públicas possuam o apelo, por definição, de atender as demandas de determinados segmentos sociais, pouco esforço tem sido feito, na prática, para efetivamente ouvir as demandas de agricultores e agricultoras. Com isso, no movimento de aplicação prática desses programas e políticas, são comuns relatos desse público que permitem a interpretação de que falta uma correspondência entre a ação proposta com a realidade vivida por esses grupos.

Nesse sentido, no desenvolvimento das atividades de campo, foi possível notar que existe uma problemática ainda mais profunda, que se apresenta tanto com produtores homens quanto com mulheres: a dificuldade da organização de demandas coletivas. No caso das

mulheres esse caso assume uma profundidade maior, ao passo que o espaço da escuta e da fala pública exclui, ou torna hostil, a própria presença feminina – dificultando o desenvolvimento do poder de agência e de articulação com outras mulheres.

Nesse sentido, a partir da metodologia empregada no projeto com as oficinas de metodologias participativas, notamos que as reuniões antes e depois do campo (oficinas) auxiliaram na construção dos caminhos de pesquisa e extensão a serem seguidos – possibilitando, com isso, romper com uma visão mais hierarquizada presente nas políticas públicas e construir, ainda que em menor escala, um espaço de escuta ativa. Notou-se, com isso, que o constante exercício de reflexão crítica sobre o grupo trabalhado possibilitou um processo mútuo – por parte da universidade e do órgão público envolvido – de reconsideração das práticas extensionistas. Visto que o exercício recorrente de reflexão crítica sobre o grupo trabalhado, construído pelas conversas nas reuniões antes e após a oficina, demonstrou possibilitar um ambiente propício para que extensionistas mais engajados repensem e reflitam sobre as suas práticas e ações na extensão rural. Isso, por sua vez, possui o potencial de, em uma visão mais ampla, transformar a relação hierárquica e, por vezes, condescendente, tradicionalmente presente entre poder público e as agricultoras e agricultores.

Levando em consideração as dificuldades da construção de ações voltadas ao coletivo, notamos que construir os caminhos da oficina em conjunto com as produtoras, por meio das falas delas, se mostrou essencial para a compreensão mais aprofundada e plural de cada grupo. Nesse sentido, explorar novas abordagens que não tragam respostas prontas e que busquem realizar um movimento de ruptura de estruturas mais fechadas de comunicação com as agricultoras, pode ser uma possibilidade a ser considerada na construção de novas políticas públicas direcionadas a esse público. Isso é especialmente relevante para os coletivos de mulheres quando consideramos que embora existam uma série de programas direcionados a esse segmento, tais iniciativas tendem a enfatizar os estereótipos atribuídos à elas e ainda se distanciam de uma política que aciona, efetivamente, a discussão sobre igualdade de gênero na construção das políticas.

Dessa forma, uma dinâmica de interação, como a proposta pelas oficinas de metodologia aplicada e desenvolvida pelo projeto, demonstra ter indícios de possuir a capacidade de criar um ambiente favorável para que vozes das mulheres ganhem mais força no território rural, ainda fortemente marcado pela presença masculina em espaços de poder – como em secretarias de agricultura e pecuária, presidências de cooperativas e associações e etc. Ademais, a abordagem de facilitação da comunicação com agricultoras por meio da metodologia adotada nas oficinas, também possui o potencial de auxiliar na construção do poder de agência desse público que ainda possui uma dificuldade considerável em se ver como coletivo e em organizar as suas demandas, anseios e planejamentos para o futuro.

Compreendemos que os avanços em programas para agricultura familiar favorecem, de forma fragmentada, a totalidade das políticas públicas de gênero. As políticas públicas, ainda não estão articuladas com o conceito de gênero enquanto categoria analítica, carecendo de uma perspectiva crítica de análise da realidade social das mulheres do campo.

5. CONCLUSÃO

A proposta metodológica inovadora adotada no projeto busca unir esforços da extensão rural e universitária, promovendo sinergias em diferentes aspectos. Além da construção conjunta de atividades que levam em conta a realidade específica de cada grupo (não há receita pronta), ressaltando elementos da subjetividade, o desenvolvimento de todo o processo das oficinas por parte da equipe da universidade - do planejamento, preparação, realização e análise ex-post, de planejamento e preparação das oficinas, com presença e

participação das extensionistas rurais, se caracteriza como um processo inovador de formação. Estudos já destacaram a importância de se capacitar produtores e profissionais da ATER em abordagens metodológicas participativas com perspectiva de gênero (GUZZATTI, 2017), algo que foi realizado nesse projeto de forma prática, ao mesmo tempo em que se realizava a extensão. Nesse caso, portanto, o enfoque se deu menos nos objetivos macros ou em resultados práticos e mais no processo em si, isto é, na construção de novas práticas extensionistas e em uma comunicação mais efetiva e alinhada aos anseios, demandas e desejos dos coletivos.

Além disso, foi possível notar que a adoção de perspectivas multi e interdisciplinares das atividades, com abordagem transversal e muitas vezes interseccional frente aos apontamentos e demandas dos grupos, permitiu a construção de um olhar mais integral sobre os coletivos. É verdade, também, que essa abordagem enfrentou certas limitações, pois a extensão rural está formatada para projetos unidisciplinares, normalmente no eixo técnico para homens, e social para extensionistas mulheres – o que dificulta a construção de uma política pública, direcionada às mulheres, que seja menos segmentada e que funcione de maneira integrada entre secretarias de assistência social e de agricultura, por exemplo.

Há de se levar em consideração, ainda, que todas as extensionistas com as quais o projeto de extensão efetivamente contou com o apoio tratam-se de mulheres – o que, por um lado indica uma possível limitação do projeto que encontrou dificuldades no engajamento dos homens, mas que, por outro lado, destaca a importância da diversidade e da presença de mulheres na composição de equipes em órgãos como o Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR).

Ainda no escopo das limitações encontradas, enfrentamos certo esvaziamento das oficinas em determinados momentos nos quatro coletivos com os quais trabalhamos. As razões para esse esvaziamento aparentam ser diversas e ainda precisam ser melhor aprendidas. De maneira geral, todavia, elas sugerem que as produtoras ou não compreendiam a fundo a atividade proposta ou, talvez, não estivessem dispostas a refletir sobre aspectos subjetivos, como autonomia, empoderamento coletivo, agência e emancipação social e econômica. Essa possível dificuldade de compreensão ou interesse, por sua vez, também podem estar relacionados à própria quebra do padrão de interação anterior que se pautava em palestras e cursos técnicos. Assim, quando chamadas a exercer atividades nas quais elas eram provocadas a promover reflexões, discussão, organização e planejamento, é possível que isso não tenha sido interpretado como algo passível de aplicações práticas ou até mesmo dentro do que é considerado “útil”.

Por fim, diante das limitações e também dos resultados obtidos com o projeto, se reforça o entendimento de que olhar as políticas públicas sob as lentes do conceito de gênero torna-se de primordial importância no contexto brasileiro e paranaense. Aparar as arestas referentes a estas políticas, demanda conhecer a realidade objetiva das mulheres agricultoras, e acima de tudo, compreender os fenômenos sociais que permeiam as relações desiguais de gênero no campo.

REFERÊNCIAS:

ANNES, A.; WRIGHT, W. Creating a room of one's own: French farm women, farm tourism and the pursuit of empowerment. *Women's Studies International Forum*, [S.l.], v. 53, p. 1–9, 2015.

AMARAL JÚNIOR, J. C. do. Mulheres e extensão rural: um conservadorismo silencioso. *Revista Trabalho Necessário*, Niterói, v. 22, n. 49, p. 1–19, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v22i49.63142>.

AZIMA, Stevens; MUNDLER, Patrick. The gendered motives and experiences of Canadian women farmers in short food supply chains: work satisfaction, values of care, and the potential for empowerment. *Journal of Rural Studies*, [S.l.], v. 96, p. 19–31, dez. 2022.

BANDEIRA, Lourdes. Brasil: fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. In: PEREIRA DE MELO, Hildete; BANDEIRA, Lourdes. *A pobreza e as políticas de gênero no Brasil*. Santiago: CEPAL, 2005. (Série Mujer y Desarrollo, n. 66), p. 43–76.

BECHER, Caroline; KLANOVICZ, Jó. Mulheres camponesas e os desafios do acesso às políticas públicas para igualdade de gênero. *Revista Latino-Americana de Geografia*, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 159–177, ago./dez. 2016.

BHAWANA, Kc; RACE, Digby. Women's approach to farming in the context of feminization of agriculture: a case study from the Middle Hills of Nepal. *World Development Perspectives*, [S.l.], v. 20, p. 100260, dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.wdp.2020.100260>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: MDA, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Programas e ações. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-e-acoes>. Acesso em: 4 abr. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assunto/s/mulheres-do-campo-e-da-floresta/mulheres-rurais/area-rural/programa-nacional-de-documentacao-da-trabalhadora-rural>. Acesso em: 4 abr. 2025.

BRASIL. Agência Gov. Governo cria Programa de Quintais Produtivos para mulheres rurais e retoma reforma agrária. 17 ago. 2023. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202308/governo-cria-programa-de-quintais-produtivos-para-mulheres-rurais-e-retoma-reforma-agraria>. Acesso em: 4 abr. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 11.802, de 19 de dezembro de 2023. Institui a Estratégia Nacional para Mulheres Rurais – Brasil sem Limite. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11802.htm. Acesso em: 4 abr. 2025.

CONTZEN, S.; FORNEY, J. Family farming and gendered division of labour on the move: a typology of farming-family configurations. *Agriculture and Human Values*, [S.l.], v. 33, p. 527–539, 2016.

DE CARVALHO FIÚZA, Ana Louise. Sociedades rurais, natureza e políticas públicas na Revista Oikos. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, Florianópolis, v. 32, n. 3, p. 1–22, 2021.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). *Políticas públicas*. Observatório das Mulheres Rurais do Brasil, 2024. Disponível em:

<https://www.embrapa.br/observatorio-das-mulheres-rurais-do-brasil/politicas-publicas>.

Acesso em: 4 abr. 2025.

FAO. *El estado mundial de la agricultura y la alimentación 2023: Sistemas agroalimentarios urbanos y periurbanos*. Roma: FAO, 2023. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/c59305df-a805-4f7b-b08c-9f9a76f81577/content>. Acesso em: 7 abr. 2025.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; MATTOS, Luis Cláudio. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 69, n. 2, p. 38–43, 2017.

GOMES, D.; JESUS, M.; ROSA, R.; BANDEIRA, C.; COSTA, C. A. Women in family farming: Evidence from a qualitative study in two Portuguese inner regions. *Frontiers in Sociology*, v. 7, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3389/fsoc.2022.939590>.

GRISA, Catia. Schneider. Sérgio. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2012.

JACINTO, Giovana Ilka. Uma trajetória revisitada: o pioneirismo de Maria Ignez Paulino nos estudos sobre mulheres rurais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018.

KANSANGA, Moses Mosonsieyiri et al. Can gender transformative agroecological interventions improve women's autonomy? *Agriculture and Human Values*, [S.l.], v. 41, n. 3, p. 1161–1175, set. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10460-024-10544-9>.

LANDAU, E. C.; MATRANGOLO, W. J. R. (ed.). *Mulheres na produção agroecológica de milho no Brasil*. Brasília, DF: Embrapa, 2023.

LUSA, Mailiz Garibotti. Relações de gênero no campo: a superação dos papéis tradicionais como desafio à proteção social básica e o papel dos assistentes sociais. *Revista Gênero*, Niterói, v. 13, n. 1, p. 93–107, 2. sem. 2012.

MARTER-KENYON, Jessica Susan et al. Who has the time? A qualitative assessment of gendered intrahousehold labor allocation, time use and time poverty in rural Senegal. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, [S.l.], v. 7, ago. 2023. DOI: <https://doi.org/10.3389/fsufs.2023.1198290>.

MONTEIRO, Elideth Pacheco et al. Transmissão geracional de mulheres na agricultura familiar e pesca artesanal. *Revista de Gestão e Secretariado*, v. 14, n. 8, p. 13083–13108, ago. 2023. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i8.1880>.

PARANÁ. Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná. Novo projeto do Estado vai promover trilhas formativas para mais de mil mulheres rurais. 21 fev. 2024. Disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/Noticia/Novo-projeto-do-Estado-vai-promover-trilhas-formativas-para-mais-de-mil-mulheres-rurais>. Acesso em: 4 abr. 2025.

SACHS, Carolyn; BARBERCHECK, Mary; BRAISER, Kathryn; KIERNAN, Nancy Ellen; Terman, Anna Rachel. *The rise of women farmers and sustainable agriculture*. Iowa City: University of Iowa Press, 2016.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Uma trajetória revisitada: o pioneirismo de Maria Ignez Paulino nos estudos sobre mulheres rurais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n250188>.

SCHLING, Maja; PAZOS, Nicolás. Effective land ownership, female empowerment, and food security: evidence from Peru. *World Development*, [S.l.], v. 181, p. 106680, set. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2024.106680>.

SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso et al. *Metodologias participativas*. 1. ed. Santa Maria, RS: Repositório Digital da UFSM, UAB, 2009.

SLOCUM, Nikki. *Participatory Methods Toolkit: A Practitioner's Manual*. Organizado por Stef Steyaert. Brussels: King Baudouin Foundation, 2003.

SOUSA, Maria Eliane Alves; CUNHA, Leandro Reinaldo da. Políticas públicas para mulheres sob a perspectiva da Análise Econômica do Direito: uma revisão integrativa das pesquisas no Brasil. *Economic Analysis of Law Review*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 164, jul. 2021. DOI: <https://doi.org/10.31501/ealr.v12i1.12751>.

TOURTELIER, Camille et al. Influence of gender on the development of sustainable agriculture in France. *Journal of Rural Studies*, v. 101, p. 103068, jul. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2023.103068>.

TRAUGER, A. 'Because they can do the work': women farmers in sustainable agriculture in Pennsylvania, USA. *Gender, Place & Culture: A Journal of Feminist Geography*, v. 14, n. 4, p. 429–443, 2007.

WHATMORE, S. Life cycle or patriarchy? Gender divisions in family farming. *Journal of Rural Studies*, [S.l.], v. 7, n. 1–2, p. 31–44, 1991.